

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 003/2024

ANEXO II-C – TERMO DE REFERÊNCIA

CONCESSÃO COMUM PARA A CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE PUBLICIDADE E INFORMAÇÃO (MUPI) NAS ESTAÇÕES DA BIKE RIO.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
1.1.	OBJETO E DEFINIÇÕES	3
1.2.	OBJETIVO.....	3
1.3.	CONTEXTO E HISTÓRICO DA CONCESSÃO VIGENTE E JUSTIFICATIVA....	3
2.	CARACTERIZAÇÃO	5
2.1.	Área da Concessão.....	5
2.2.	Mobiliário Existente	5
3.	ENCARGOS DA CONCESSÃO	13
3.1.	Tipo de Mobiliário	13
3.2.	Manutenção e Conservação.....	13
3.3.	Veiculação de Publicidade Municipal.....	16
3.4.	Veiculação de Publicidade Municipal por Geolocalização	16
4.	DIRETRIZES GERAIS DA CONCESSÃO	17
4.1.	Diretrizes Gerais	17
4.2.	Aprovação do Mobiliário Novo	17
4.3.	Diretrizes para elaboração do Projeto Executivo	17
4.4.	Design do Mobiliário Novo.....	18
4.5.	Estrutura do Mobiliário Novo	19
4.6.	Critérios de Funcionalidade	19
4.7.	Critérios Formais.....	20
4.8.	Critérios Técnicos e Econômicos	20
4.9.	Disposições sobre Implantação:	21
4.10.	Execução dos Serviços.....	22
4.11.	Emissão das licenças.....	22
5.	PRAZOS	22
5.1.	Ordem de Início e Prazo para Elaboração de Planos	22

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETO E DEFINIÇÕES

1.1.1 O Objeto desta licitação é a CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE PUBLICIDADE E INFORMAÇÃO (MUPI) NAS ESTAÇÕES DA BIKE RIO.

1.1.2 Mobiliário Urbano pode ser definido como um conjunto de elementos urbanísticos instalados em áreas públicas cujo objetivo é oferecer informação, qualidade de vida e bem-estar à população, promovendo maior conforto, segurança e saúde.

1.1.3 Os MUPIs, dentro do contexto urbano, são uma ferramenta de comunicação em massa e visam assegurar à população informações municipais relevantes, de qualidade e com agilidade.

1.2. OBJETIVO

1.2.1 Este TERMO DE REFERÊNCIA tem por objetivo caracterizar e estabelecer as diretrizes e orientações técnicas da presente CONCESSÃO de serviço público para o desenvolvimento, instalação, manutenção e conservação de mobiliário urbano de publicidade e informação (MUPI) nas estações da BikeRio.

1.2.2 O MOBILIÁRIO desta CONCESSÃO destina-se a fornecer informações relevantes à proteção carioca; à divulgação de publicidade institucional de utilidade pública; à divulgação de publicidade privada, pela qual o licitante vencedor será remunerado pelos serviços prestados; e ao incremento de receitas do Município do Rio de Janeiro.

1.2.3 Os termos redigidos em letras maiúsculas neste documento respeitam as mesmas definições contidas no EDITAL e na minuta de CONTRATO a eles associados.

1.2.4 O objetivo desta CONCESSÃO é dar continuidade ao processo de requalificação dos espaços públicos da Cidade do Rio de Janeiro, através da renovação e ampliação da oferta de mobiliário urbano, além do aprimoramento da gestão dos equipamentos concedidos existentes.

1.2.5 Esta CONCESSÃO deverá ser norteadada pelo aprimoramento da gestão e da qualidade dos equipamentos públicos disponibilizados à população.

1.3. CONTEXTO E HISTÓRICO DA CONCESSÃO VIGENTE E JUSTIFICATIVA

1.3.1 Existem, atualmente, três concessões de mobiliários urbanos vigentes no Município do Rio de Janeiro, cujos instrumentos contratuais, os CONTRATOS VIGENTES, foram celebrados em 13 de dezembro de 1999, quais sejam:

- i) Termo nº 578/99-F-SPA, celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e a empresa Brasil Outdoor Ltda., (“Contrato de Concessão Brasil Outdoor”);
- ii) Termo nº 579/99-F-SPA, celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e Cemusa do Brasil Ltda., (“Contrato de Concessão Cemusa Brasil”); e
- iii) Termo nº 580/99-F-SPA, celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e Cemusa Rio S.A., (“Contrato de Concessão Cemusa Rio”).

1.3.2 Todos os contratos em comento são decorrentes da Concorrência nº 05/98 (processo nº 01/002.833/98).

1.3.3 Os contratos supracitados tiveram por objeto concessão de serviço público para concepção, desenvolvimento, fabricação, fornecimento, instalação, manutenção e conservação de mobiliário urbano de uso e utilidade pública pelo prazo de 20 (vinte) anos a contar da data de assinatura.

1.3.4 Nos termos originais, os contratos de concessão não dispunham sobre as hipóteses e procedimentos para sua prorrogação, em que pese fazer referência à aplicação das Leis Federais nº 8.666/1993 e 8.987/1995.

1.3.5 O Edital da Concorrência nº 05/98, de igual modo, previa o prazo de vigência do contrato de concessão por 20 (vinte) anos.

1.3.6 Dentre os mobiliários urbanos abrangidos pelo objeto contratual, constam: (i) abrigo para pontos e paradas de ônibus; (ii) sanitários públicos; (iii) mobiliário urbano para informação – MUPI; (iv) relógio eletrônico digital – RED; (v) placa direcional; (vi) totem de identificação de bens; (vii) cabine de segurança; (viii) banca de jornal; e (ix) coluna multiuso.

1.3.7 A principal distinção entre os contratos em questão refere-se à área de abrangência dos serviços prestados no Município nos termos dos seus Anexos A. À época, o Município do Rio de Janeiro foi dividido em cinco áreas de planejamento, conforme ilustrado abaixo, sendo que as áreas AP01, AP02 e AP03 foram objeto da Concorrência nº 05/98.

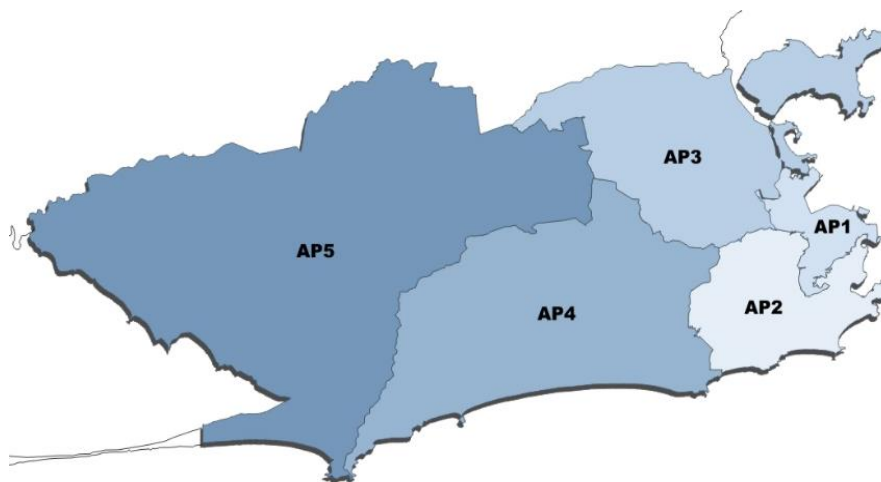


Figura 1 - Mapa da divisão das áreas das concessões de mobiliário urbano no Município do Rio de Janeiro

- 1.3.8** No ano de 2008, foi assinado o Termo Nº 31/2008-F/SPA, cujo objeto é a exibição de publicidade nas estruturas das bicicletas e em painéis de mídia digital acoplados às estações, cujo limite de veiculação de mídia constava do referido Termo. Como encargo, a contratada deveria implantar e realizar a manutenção e conservação das estações de bicicletas bem como as próprias bicicletas, em locais pré-definidos no referido termo.
- 1.3.9** Atualmente, a concessão de estações de bicicletas compartilhadas supracitada, conhecida como Bike Rio, não possui dispositivo contratual para veiculação de publicidade em painéis digitais, ficando a possibilidade do mobiliário anexo a estas estações sob direito do Poder Concedente.
- 1.3.10** Dada a constante expansão do sistema de estações de bicicletas compartilhadas, surge oportunidade de novamente regar esta exploração, razão pela qual faz-se oportuno incluí-las também no escopo da presente CONCESSÃO.

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Área da Concessão

- 2.1.1** A área da presente CONCESSÃO compreende a área necessária para a instalação de MUPIs, que deve estar contida na área da concessão da CONCESSIONÁRIA BIKE RIO.

- 2.1.1.1.** A CONCESSIONÁRIA apenas poderá explorar os SERVIÇOS objeto da presente CONCESSÃO na área de concessão do contrato celebrado (Termo nº 141/2022-FP/SUBEX/SUPPA) entre o Município do Rio de Janeiro e a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO.

- 2.1.1.1.1.** A CONCESSIONÁRIA reconhece a validade e eficácia de todas as cláusulas e disposições do contrato celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO (Termo nº 141/2022-FP/SUBEX/SUPPA), se obrigando a respeitar os termos ali descritos assim como aqueles previstos em futuros adiamentos.

- 2.1.1.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar e respeitar os termos e condições do contrato celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO (Termo nº 141/2022-FP/SUBEX/SUPPA).

2.2. Mobiliário Existente

- 2.2.1** Atualmente o município conta com 310 estações de bicicletas, das quais 130 contêm MUPIs instalados. Abaixo, pode-se verificar tabela com a relação de estações que possuem MUPIs:

Nome da Estação	Endereço	Bairro
Central do Brasil	Praça Cristiano Ottoni, 279	Centro
Praça Tiradentes	Praça Tiradentes, 2	Centro
Bossa Nova Mall	Avenida Almirante Sílvio de Noronha, 365	Centro

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

Sala Cecília Meireles	Rua Visconde de Maranguape, 19	Lapa
Alegrete	Rua das Laranjeiras, 498	Laranjeiras
Praça São Judas Tadeu	Rua Erere, 11	Cosme Velho
Praça Nicarágua	Praia de Botafogo, 118	Flamengo
Real Grandeza	Rua Real Grandeza, 139	Botafogo
General Polidoro	Rua General Polidoro, 260	Botafogo
Pró-Cardíaco Botafogo	Rua General Polidoro, 174	Botafogo
Lauro Müller	Rua Lauro Muller, 116	Botafogo
UFRJ - Praia Vermelha	Rua General Severiano, 62	Botafogo
Pedra do Leme	Avenida Atlântica, 270	Leme
Santa Clara 98	Rua Santa Clara, 98	Copacabana
Santa Clara	Rua Santa Clara, 26	Copacabana
Bolívar	Rua Bolivar, 14	Copacabana
Almirante Gonçalves	Rua Almirante Gonçalves, 35	Copacabana
Conselheiro Lafaiete	Rua Conselheiro Lafaiete, 4	Copacabana
Pedra do Arpoador	Avenida Francisco Bhering, 2	Ipanema
Garcia D'Ávila	Rua Garcia D'Ávila, 17	Ipanema
Aníbal de Mendonça	Rua Aníbal de Mendonça, 21	Ipanema
Afrânio	Avenida Afrânio de Melo Franco, 180	Leblon
Maria Quitéria	Avenida Eptácio Pessoa, 1274	Lagoa
Clube Piraquê	Avenida Borges de Medeiros, 2415	Lagoa
Praça Sibélius	Avenida Rodrigo Otavio, 82	Leblon
Mata Machado	Rua Mata Machado, 49	Maracanã
Praça Varnhagen	Avenida Maracanã, 725	Maracanã
Estádio Célio de Barros	Avenida Professor Manuel de Abreu, 76	Maracanã
Metrô Uruguai	Rua Itacuruçá, 26	Tijuca
Metrô Uruguaiana	Avenida Presidente Vargas, 633	Centro
Estação dos Bondes	Rua Lelio Gama, 105	Centro
Palácio do Catete	Rua do Catete, 199	Catete
São Clemente 272	Rua São Clemente, 272	Botafogo
Pinheiro Guimarães	Rua Pinheiro Guimarães, 145	Botafogo
Baixo Gávea	Praça Santos Dumont, 31	Gávea
Cine Leblon	Rua Fadel Fadel, 112	Leblon
São Conrado	Avenida Prefeito Mendes de Moraes, 75	São Conrado
Praça São Conrado	Avenida Prefeito Mendes de Moraes, 1400	São Conrado
General Venêncio Flores	Avenida Afrânio de Melo Franco, 180	Leblon
Antero de Quental	Avenida Bartolomeu Mitre, 26	Leblon
Ataulfo de Paiva	Avenida Ataulfo de Paiva, 375	Leblon
Jardim de Alah	Avenida Ataulfo de Paiva, 52	Leblon
Barão da Torre 631	Rua Barão da Torre, 631	Ipanema
Praça Nossa Senhora da Paz	Rua Visconde de Pirajá, 365	Ipanema
Joana Angélica	Rua Joana Angélica, 47	Ipanema

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

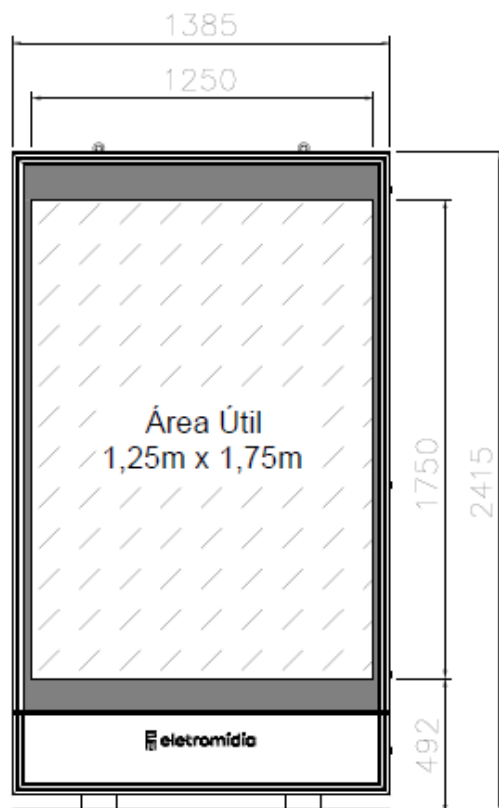
Visconde de Pirajá	Rua Visconde de Pirajá, 259	Ipanema
Alberto de Campos	Rua Alberto de Campos, 155	Ipanema
Praça Nossa Senhora Auxiliadora	Rua Mário Ribeiro, 62	Leblon
Farme de Amoedo 118	Rua Farme de Amoedo, 118	Ipanema
Posto 6	Rua Francisco Otaviano, 20	Copacabana
Júlio de Castilhos	Rua Júlio de Castilhos, 8	Copacabana
Bulhões de Carvalho	Rua Júlio de Castilhos, 102	Copacabana
Sousa Lima	Rua Souza Lima, 65	Copacabana
Leopoldo Miguez	Rua Leopoldo Miguez, 150	Copacabana
Barão de Ipanema	Rua Barão de Ipanema, 94	Copacabana
Assunção	Rua Assunção, 13	Botafogo
Dias da Rocha	Rua Dias da Rocha, 12	Copacabana
Figueiredo de Magalhães	Rua Figueiredo Magalhães, 780	Copacabana
Siqueira Campos	Rua Siqueira Campos, 23	Copacabana
República do Peru	Rua República do Peru, 373	Copacabana
Cardeal Arcoverde	Rua Barata Ribeiro, 185	Copacabana
Praça do Lido	Rua Belfort Roxo, 88	Copacabana
Parque Lage	Rua Jardim Botânico, 391	Jardim Botânico
Rua da Passagem	Rua General Polidoro, 15	Botafogo
Bambina	Rua São Clemente, 114	Botafogo
Edifício Argentina	Rua Senador Vergueiro, 228	Botafogo
Clarice Índio do Brasil	Rua Clarice Índio do Brasil, 12	Flamengo
Honório de Barros	Rua Honório de Barros, 41	Flamengo
Metrô Botafogo	Rua Nelson Mandela, 284	Botafogo
Metrô Flamengo	Rua Marquês de Abrantes, 118	Flamengo
Buarque de Macedo	Rua Buarque de Macedo, 142	Flamengo
Barra Shopping	Avenida das Américas, 4666	Barra da Tijuca
Bartolomeu Mitre	Avenida Bartolomeu Mitre, 0	Leblon
Rainha Guilhermina	Rua Rainha Guilhermina, 117	Leblon
Praça Atahualpa	Praça Atahualpa, 60	Leblon
Shopping Leblon	Avenida Afrânio de Melo Franco, 290	Leblon
Viaduto Saint Hilaire	Avenida Eptácio Pessoa, 5088	Lagoa
Borges de Medeiros	Avenida Borges de Medeiros, 3607	Lagoa
Lagoa - Vasco da Gama	Avenida Borges de Medeiros, 3407	Lagoa
Hospital da Lagoa	Rua Jardim Botânico, 568	Jardim Botânico
Lineu de Paula Machado	Avenida Lineu de Paula Machado, 720	Lagoa
Viúva Lacerda	Rua do Humaitá, 110	Humaitá
Tijuca Off Shopping	Rua Barão de Mesquita, 320	Tijuca
Barão de Mesquita 174	Rua Barão de Mesquita, N 174B	Tijuca
Conde de Bonfim 526	Rua Conde de Bonfim, 526	Tijuca
Maracanãzinho	Avenida Maracanã, 450	Maracanã
São Cristóvão	Rua Barão de Mesquita, 174	Maracanã

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

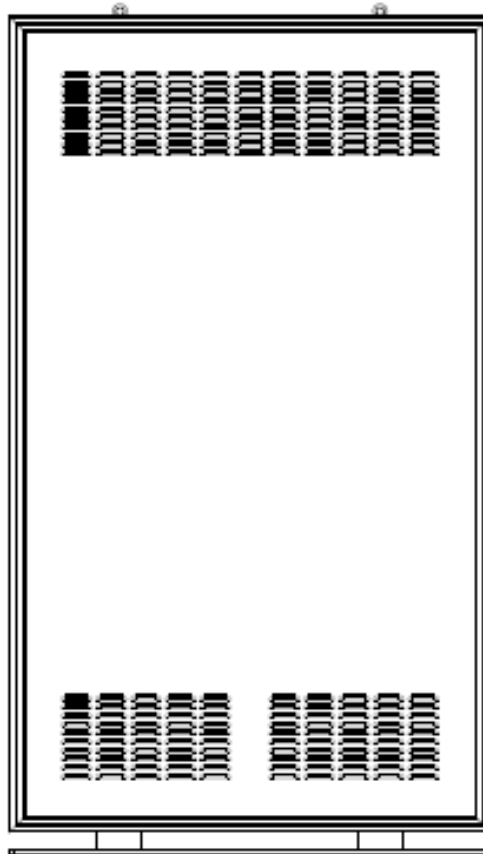
Joaquim Palhares	Rua Joaquim Palhares, 411	Praça da Bandeira
Júlio do Carmo	Rua Júlio Carmo, 33	Cidade Nova
Defensoria Pública	Avenida Marechal Câmara, 300	Centro
Rua da Lapa	Largo da Lapa, 148	Lapa
Extra Mariz e Barros	Rua Mariz e Barros, 1104	Tijuca
Saens Pena Medical Center	Rua Conde de Bonfim, 251	Tijuca
Batalhão de Polícia do Exército	Rua Barão de Mesquita, 459	Vila Isabel
Ribeiro Guimarães	Rua Ribeiro Guimarães, 360	Vila Isabel
Metrô Estácio	Rua Ulisses Guimarães, 16	Estácio
São Bento	Rua São Bento, 18	Centro
R. da Alfândega	Rua da Alfândega, 70	Centro
Av. Passos	Avenida Passos, 120	Centro
Poeta Manuel Bandeira	Avenida Presidente Antônio Carlos, 51	Centro
Henrique Valadares	Avenida Henrique Valadares, 23	Centro
Catedral Metropolitana	Avenida República do Chile, 330	Centro
Rua do Rezende	Rua do Resende, 166	Centro
Hotel Novo Mundo	Praia do Flamengo, 18	Flamengo
Prefeito Mendes de Moraes	Avenida Prefeito Mendes de Moraes, 1000	São Conrado
Pier Barra da Tijuca	Avenida Pepe, 56	Barra da Tijuca
R. Tenente Airton Pereira	Rua Tenente Airton Pereira, 406	Barra da Tijuca
Adilson Serôa da Motta	Avenida Adilson Seroa da Motta, 134	Barra da Tijuca
Port Brise	Avenida Lúcio Costa, 1700	Barra da Tijuca
Praça São Perpétuo	Praça São Perpétuo, 10	Barra da Tijuca
Windsor Barra	Avenida Lúcio Costa, 2900	Barra da Tijuca
Posto 4 Barra	Avenida Lúcio Costa, 3150	Barra da Tijuca
Posto 5 Barra	Avenida Lúcio Costa, 3600	Barra da Tijuca
Condomínio Vivendas	Avenida Lúcio Costa, 3646	Barra da Tijuca
Barrabella	Avenida Lúcio Costa, 4600	Barra da Tijuca
Downtown	Avenida das Américas, 500	Barra da Tijuca
Professor Souza Araújo	Praça Professor Sousa Araújo, 390	Barra da Tijuca
Parque das Rosas	Rua Maria Philomena Lage, 3757	Barra da Tijuca
Praça Euvaldo Lodi	Praça Euvaldo Lodi, 566	Barra da Tijuca
Humaitá	Rua do Humaitá, 275	Humaitá
Metrô Jardim Oceânico	Avenida Armando Lombardi, 597	Barra da Tijuca
Posto 9 Recreio	Avenida Lúcio Costa, 15610	Recreio dos Bandeirantes
Praça Soldado Geraldo da Cruz	Rua Prudência do Amaral, 216	Barra da Tijuca
Jardim Marapendi	Avenida Lúcio Costa, 5210	Barra da Tijuca
Almare	Avenida Lúcio Costa, 6200	Barra da Tijuca
Terminal Alvorada - Leste	Avenida Ayrton Senna, 5001	Barra da Tijuca
Alfa Barra II	Avenida Lúcio Costa, 7000	Barra da Tijuca
Dez e Meio	Avenida Lúcio Costa, 17194	Barra da Tijuca
Barra World	Avenida Alfredo Baltazar da Silveira, 0	Recreio dos Bandeirantes

2.2.2 As especificações técnicas dos MUIs instalados no Município são conforme abaixo:

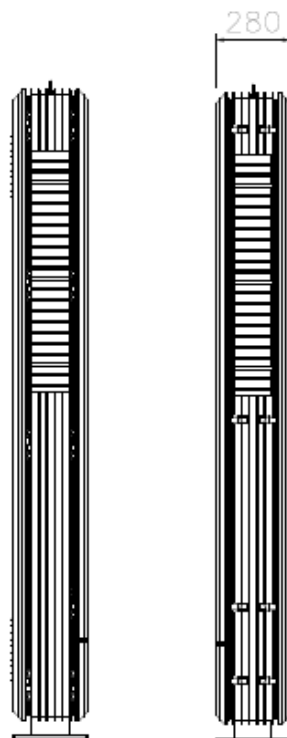
- Vista frontal:



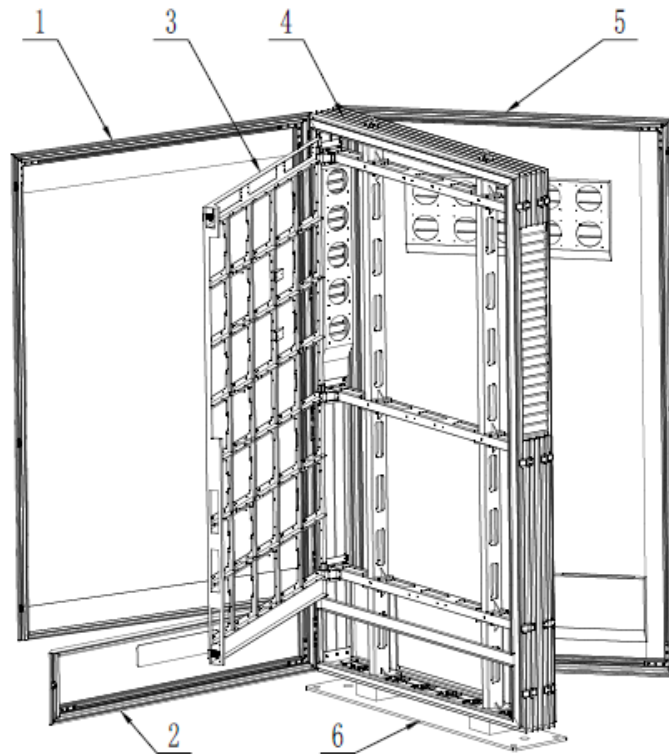
- Vista Traseira:



- Vistas laterais esquerda e direita respectivamente:



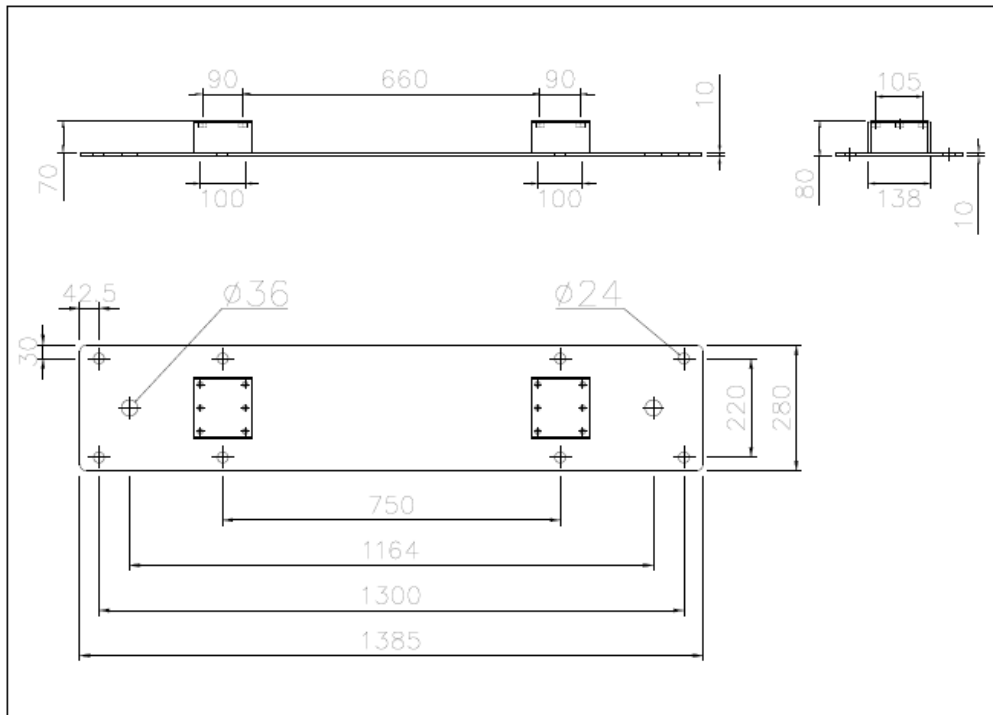
- Vista em perspectiva com detalhes:



Em que:

1. Porta principal com vidro (LED)
2. Porta Inferior (Equipamentos)
3. Frame para os módulos em LED
4. Corpo Principal
5. Porta Traseira
6. Base para fixação na plataforma

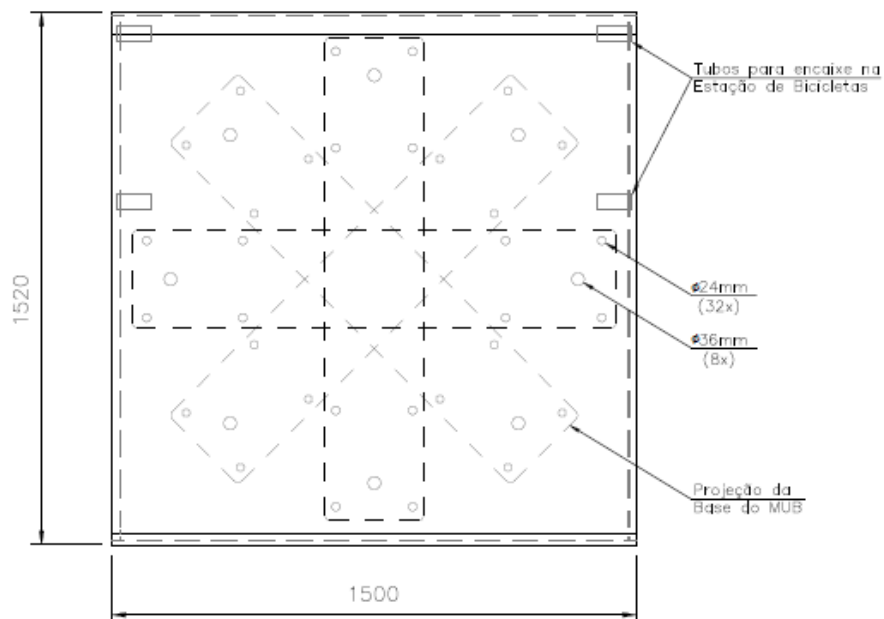
- Detalhe da Base



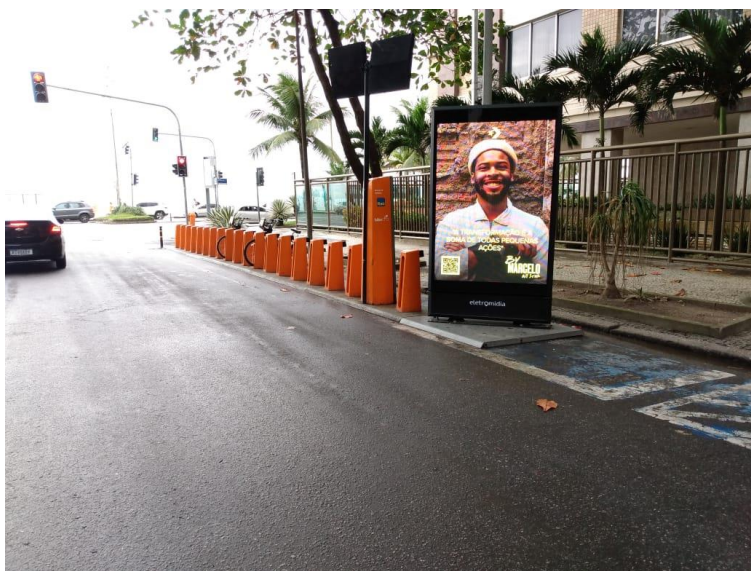
- Plataforma de Fixação do MUPI na estação de bicicleta:

VISTA SUPERIOR (4 OPÇÕES DE FIXAÇÃO)

VISTA LATERAL



- Fotos do MUPI:



2.2.3 Os MOBILIÁRIOS existentes atualmente não são bens reversíveis, sendo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o fornecimento e a instalação de novos MOBILIÁRIOS.

3. ENCARGOS DA CONCESSÃO

3.1. Tipo de Mobiliário

3.1.1 Todos os MUIs desta CONCESSÃO deverão ser eletrônicos e digitais.

3.1.2 Os painéis para exibição de publicidade deverão possuir tecnologia LED ou superior.

3.2. Manutenção e Conservação

3.2.1 MANUTENÇÃO e CONSERVAÇÃO compreendem procedimentos técnicos de verificação de conformidade e funcionamento dos equipamentos, consertos e/ou substituições de peças e periféricos, com vistas à

conservação e ao bom funcionamento do MOBILIÁRIO URBANO instalado, sendo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

- 3.2.2** A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar PLANO DE MANUTENÇÃO que será submetido ao PODER CONCEDENTE ou a quem ele indicar, detalhando os procedimentos do planejamento de vistorias, de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos existentes e do mobiliário urbano proposto ao longo do período da CONCESSÃO.
- 3.2.3** O detalhamento das atividades, a periodicidade das ações preventivas e o processo decisório quanto a intervenções corretivas e/ou de substituição de MOBILIÁRIO URBANO deverão constar deste PLANO DE MANUTENÇÃO.
- 3.2.4** As vistorias ao MOBILIÁRIO URBANO instalado têm por objetivo verificar o estado de funcionamento, de limpeza e conservação, bem como identificar sinais de desgaste ou envelhecimento/obsolescência de seus elementos constituintes.
- 3.2.5** O PODER CONCEDENTE, sempre que julgar pertinente, também enviará demandas de manutenção do MOBILIÁRIO URBANO instalado à CONCESSIONÁRIA.
- 3.2.6** O PODER CONCEDENTE receberá as solicitações encaminhadas pelos diversos órgãos públicos, enviando-as à CONCESSIONÁRIA – por meio de mensagem eletrônica ou do meio de comunicação que for mais conveniente às partes– a qual deverá responder a solicitação no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE e, em sua ausência, dentro de até 10 (dez) dias úteis.
- 3.2.7** A CONCESSIONÁRIA deverá manter ouvidoria organizada para recebimento, encaminhamento, resolução e observação de queixas, reclamações, comentários e críticas de terceiros e de USUÁRIOS, a partir de canais como o Portal 1746 da PCRJ, cujo acesso será disponibilizado à CONCESSIONÁRIA após o início da operação, devendo todos os chamados serem atendidos no prazo máximo estipulado e, em sua ausência, dentro de 10 (dez) dias úteis.
- 3.2.8** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE relatórios periódicos concernentes à sua atuação no atendimento de queixas, reclamações, comentários e críticas de terceiros e de USUÁRIOS.
- 3.2.9** Deverão ser realizados três tipos de manutenção: MANUTENÇÃO PREVENTIVA, MANUTENÇÃO CORRETIVA e MANUTENÇÃO CORRETIVA EMERGENCIAL.
- 3.2.10** A MANUTENÇÃO PREVENTIVA tem como objetivo evitar a interrupção do ciclo normal de funcionamento da operação de maneira inesperada, reduzindo a probabilidade de falhas das instalações ou dos equipamentos, de modo a prolongar a vida útil dos equipamentos.

3.2.11 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, na MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

- i) Hidrojateamento;
- ii) Limpeza manual e mecânica;
- iii) Limpeza de pichações e grafites;
- iv) Retirada de panfletos, adesivos de propaganda e/ou similares;
- v) Manutenção do sistema de iluminação;
- vi) Revisão das instalações elétricas;
- vii) Manutenção dos painéis de mensagens e informação e publicitários;
- viii) Substituição de equipamentos e componentes desgastados ou com fim da vida útil; e
- ix) Tratamento e pintura dos elementos.

3.2.12 A MANUTENÇÃO PREVENTIVA deverá ocorrer de acordo com o PLANO DE MANUTENÇÃO, observando os prazos nele contidos.

3.2.13 A MANUTENÇÃO CORRETIVA é a atividade técnica responsável pela correção de uma falha ou anormalidade identificada em instalação ou equipamento e deve ser realizada com o intuito de restabelecer o estado de normalidade.

3.2.14 O atendimento aos chamados para MANUTENÇÃO CORRETIVA deverá ser realizado em um período de até 72 (setenta e duas) horas após comunicação da ocorrência para a CONCESSIONÁRIA.

3.2.15 O prazo de intervenção da MANUTENÇÃO CORRETIVA poderá ser superior a 72 (setenta e duas) horas apenas em caso de acontecimentos extraordinários, acidentes que demandem a troca parcial ou total do equipamento danificado ou ainda por falta de energia elétrica, cuja responsabilidade é da concessionária de energia que atende o Município. Nestes casos, o PODER CONCEDENTE deverá ser formalmente comunicado pela CONCESSIONÁRIA.

3.2.16 A MANUTENÇÃO CORRETIVA deverá ser executada por equipe especializada, sob a supervisão geral de um responsável técnico habilitado, dimensionada para atendimento de demandas simultâneas, abrangendo serviços de manutenção civil, mecânica, elétrica entre outros.

3.2.17 A MANUTENÇÃO CORRETIVA deverá contemplar em seu escopo de serviços, sem se limitar a:

- i) Remoção de equipamentos danificados por acidentes e/ou vandalismo/furto;
- ii) Destinação dos equipamentos danificados em conformidade com as normas e legislações pertinentes, observando inclusive as questões ambientais de descarte;
- iii) Substituição de equipamentos danificados por acidentes e/ou vandalismo/furto;
- iv) Reparo de equipamentos por deterioração e/ou vandalismo/furto;

- v) Reposição de cabeamento e fiações por deterioração e/ou vandalismo/furto;
- vi) Recomposição dos painéis de informação, mensagem e publicitários.

3.2.18 As equipes da CONCESSIONÁRIA deverão executar serviços de todos os níveis de complexidade, havendo a necessidade de plantões para atendimentos emergenciais em qualquer horário, no período de 24 (vinte e quatro) horas, para solicitações de MANUTENÇÃO CORRETIVA EMERGENCIAL, em caso de situação que possa apresentar perigo aos usuários da VIA PÚBLICA.

3.2.19 O atendimento aos chamados para MANUTENÇÃO CORRETIVA EMERGENCIAL deverá ser realizado de maneira imediata por meio de equipe de plantão, em qualquer período do dia.

3.2.20 Todos os serviços de MANUTENÇÃO devem ser conduzidos de forma a minimizar a interferência com a movimentação de usuários, transeuntes e do tráfego.

3.2.21 Os materiais utilizados nas reposições feitas pela MANUTENÇÃO CORRETIVA deverão ter qualidade igual ou superior aos originais.

3.2.22 Caso o MOBILIÁRIO EXISTENTE precise ser substituído, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder com a instalação de MOBILIÁRIO NOVO, seguindo os prazos e as diretrizes para a implantação constante deste TERMO DE REFERÊNCIA.

3.3. Veiculação de Publicidade Municipal

3.3.1 Todos os MUIs, tanto os descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA quanto os eventuais modelos propostos pela CONCESSIONÁRIA e aprovados pelo PODER CONCEDENTE deverão disponibilizar ao menos 15% do tempo de rolagem para veiculação de mídia ou publicidade indicada pelo PODER CONCEDENTE.

3.3.2 O PODER CONCEDENTE submeterá os conteúdos que serão veiculados no MOBILIÁRIO a qualquer tempo, podendo solicitar conteúdo diferente para cada MUPI ou conjunto de MUIs.

3.3.3 A veiculação de publicidade municipal deverá ser distribuída de forma uniforme, tanto geograficamente entre as faces publicitárias, quanto ao longo do tempo, entre períodos do dia, dias da semana e meses do ano.

3.4. Veiculação de Publicidade Municipal por Geolocalização

3.4.1 A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema que permita a veiculação de publicidade, mídia e informação municipal de utilidade e/ou interesse público por geolocalização, capaz de ser controlado remotamente pelo CENTRO DE OPERAÇÕES RIO – COR ou outro agente municipal indicado pelo PODER CONCEDENTE.

3.4.2 Este sistema deverá ser instalado em todos os MUIs num prazo máximo de 2 (dois) anos após a aprovação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO.

3.4.3 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar cronograma físico-financeiro de implantação deste sistema que deverá constar no PLANO DE IMPLANTAÇÃO.

3.4.4 A veiculação de publicidade municipal deverá ser distribuída de forma uniforme, tanto geograficamente entre as faces publicitárias, quanto ao longo do tempo, entre períodos do dia, dias da semana e meses do ano.

4. DIRETRIZES GERAIS DA CONCESSÃO

4.1. Diretrizes Gerais

4.1.1 Constituem diretrizes gerais desta CONCESSÃO:

- i) Manter e melhorar a qualidade do MOBILIÁRIO URBANO disponível ao cidadão carioca, de forma a aprimorar, também, o entorno urbano e a qualidade de vida na Cidade do Rio de Janeiro.
- ii) Aprimorar o suporte à utilização de serviços públicos e a oferta de pontos de divulgação de informações à população.
- iii) Integrar de forma harmônica o MOBILIÁRIO URBANO proposto à paisagem da Cidade e suas variações, adequando-os ao contexto do Rio de Janeiro e às várias linguagens que o compõe.

4.2. Aprovação do Mobiliário Novo

4.2.1 A CONCESSIONÁRIA poderá instalar até 130 (cento e trinta) MOBILIÁRIOS.

4.2.1.1. A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE a implantação de MOBILIÁRIO adicional. A proposta deverá conter plano de exploração publicitária, incluindo a caracterização do MOBILIÁRIO adicional e a localização proposta, além de plano de negócios, incluindo proposta de remuneração do PODER CONCEDENTE, encargos adicionais e/ou divulgação de publicidade institucional.

4.2.2 Caso a CONCESSIONÁRIA opte por desenvolver novos modelos de MOBILIÁRIO, eles deverão ser aprovados pelo PODER CONCEDENTE antes de sua fabricação, através da elaboração de PROJETO EXECUTIVO.

4.2.3 O PODER CONCEDENTE deverá receber o PROJETO EXECUTIVO e analisará o modelo conforme as diretrizes e critérios detalhados a seguir.

4.3. Diretrizes para elaboração do Projeto Executivo

4.3.1 Para propor modelos alternativos de MOBILIÁRIO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE o PROJETO EXECUTIVO, contemplando todos os elementos propostos para composição do acervo de MOBILIÁRIO URBANO novo a ser fabricado, instalado e

operacionalizado pela CONCESSIONÁRIA, conforme diretrizes conceituais e técnicas estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

- 4.3.2** Os PROJETOS EXECUTIVOS deverão ser apresentados em pranchas no formato A3, impressas, contendo plantas baixas, elevações, cortes etc. em escala 1/50, imagens (“renders”) de maquetes eletrônicas, MEMORIAL DESCRITIVO e demais informações (gráficas) relevantes, de modo a permitir a perfeita compreensão dos novos equipamentos propostos pela CONCESSIONÁRIA.
- 4.3.3** O MEMORIAL DESCRITIVO, além de apresentar todas as especificações de materiais e normativas contempladas pela CONCESSIONÁRIA na elaboração das propostas arquitetônicas, deverá justificar as soluções de projeto adotadas e como elas atendem às diretrizes conceituais e técnicas estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 4.3.4** A fim de avaliar e aprovar as proposições arquitetônicas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE formará COMISSÃO AVALIADORA, composta por técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE) e da Superintendência Executiva de Patrimônio Imobiliário (FP/SUBEX/SUPPA), ou outros órgãos indicados pelo PODER CONCEDENTE.
- 4.3.5** A COMISSÃO AVALIADORA poderá, a seu critério, solicitar alterações nos projetos apresentados, caso não atendam às diretrizes estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 4.3.6** O PODER CONCEDENTE deverá aprovar o PROJETO EXECUTIVO dentro de um prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir do seu recebimento. Caso sejam necessárias adequações das propostas apresentadas, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar as novas versões das mesmas em até 30 (trinta) dias, para nova apreciação da COMISSÃO AVALIADORA.
- 4.4. Design do Mobiliário Novo**
- 4.4.1** O novo MOBILIÁRIO proposto deverá buscar harmonizar-se com a diversidade de paisagens da Cidade do Rio de Janeiro.
- 4.4.2** Deverão ser consideradas as características espaciais das localidades que receberão os novos equipamentos, nas diversas regiões da Cidade, a saber:
- i) Área Central;
 - ii) Áreas históricas e turísticas;
 - iii) Praias/orla marítima;
 - iv) Montanhas;
 - v) Áreas urbanas consolidadas; e
 - vi) Áreas de subúrbio com características interioranas.

4.4.3 O design dos modelos propostos deve se assemelhar ao design dos modelos de MOBILIÁRIO já instalados.

4.4.4 O design dos modelos propostos deve harmonizar com o design das estações do Bike Rio.

4.5. Estrutura do Mobiliário Novo

4.5.1 A estrutura dos novos MOBILIÁRIOS deve ser composta por materiais de qualidade igual ou superior aos dos mobiliários existentes instalados no Município.

4.5.2 A concepção dos MOBILIÁRIOS deverá observar a capacidade dos equipamentos em manter sua integridade física, ante a possibilidade deles se tornarem alvos potenciais de furto e/ou vandalismo. As proposições deverão considerar as seguintes características:

- i) Robustez estrutural, incluindo fundações;
- ii) Durabilidade, resistência, qualidade de acabamento, facilidade de manutenção e reposição da materialidade constituinte do MOBILIÁRIO URBANO proposto;
- iii) Dificuldade de acesso à desmontagem das peças componentes do MOBILIÁRIO, de modo a minimizar o potencial de furto/vandalismo;
- iv) Utilizar materiais de baixo valor no mercado de recicláveis, sem desprestigiar a resistência, durabilidade, facilidade de reposição e adequação à paisagem urbana;
- v) Observar a procedência da materialidade empregada no MOBILIÁRIO URBANO proposto, com preferência para a utilização de fornecedores nacionais/regionais;
- vi) Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela utilização de materiais de procedência internacional, apresentar alternativa de substituição, caso necessário, por equivalentes de origem nacional; e
- vii) Quanto a utilização de elementos em vidro, considerar a execução de grafismo jateado, a ser aprovado pela *COMISSÃO AVALIADORA*, a fim de coibir o vandalismo pela utilização de ácido.

4.6. Critérios de Funcionalidade

4.6.1 Adequação às exigências funcionais específicas do equipamento.

4.6.2 Facilidade de identificação e utilização do equipamento.

4.6.3 Disponibilização de informações relevantes quanto ao serviço prestado e/ou pela utilização do equipamento pelos usuários.

4.6.4 Acessibilidade universal.

4.6.5 Segurança, conforto e proteção aos usuários.

4.7. Critérios Formais

- 4.7.1** Escala adequada, semelhante à dos MOBILIÁRIOS existentes e já implantados.
- 4.7.2** Harmonia com a paisagem e com o contexto urbano.
- 4.7.3** Acabamentos sem arestas vivas e/ou pontiagudas, prejudiciais ao contato físico e aproximação dos usuários.

4.8. Critérios Técnicos e Econômicos

4.8.1 Materialidade:

- i) Resistência e durabilidade (tratamento anticorrosivo);
- ii) Acabamento de alta qualidade;
- iii) Robustez;
- iv) Adequação à paisagem/ambiência urbana;
- v) Baixo valor no mercado de recicláveis;
- vi) Facilidade de manutenção, com ordem de preferência por equipamentos e/ou fornecedores de procedência regional, nacional e, por fim, internacional.
- vii) Quanto à utilização de vidro:
 - Segurança da peça deve evitar a projeção de estilhaços; e
 - Sugestão de execução de grafismo jateado.
- viii) Deverão ser consideradas as diretrizes técnicas semelhantes às dos equipamentos hoje instalados estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, na legislação vigente e em normativas pertinentes.

4.8.2 Exploração publicitária:

- i) Cada MOBILIÁRIO poderá possuir até 2 (duas) faces publicitárias de até 2 m² (dois metros quadrados) cada, voltadas a lados opostos.
- ii) Cada estação do Bike Rio poderá ter no máximo 1 (um) MOBILIÁRIO.
- iii) A exploração publicitária deverá exibir apenas publicidade que respeite o segmento econômico explorado nas campanhas publicitárias promovidas pela CONCESSIONÁRIA BIKE RIO, evitando a exposição de empresas ou de produtos que possam ser caracterizados como concorrentes de mercado.

4.8.3 Local e diretrizes de implantação do MOBILIÁRIO:

- i) O MOBILIÁRIO deve ser instalado obrigatoriamente na área da concessão da CONCESSIONÁRIA BIKE RIO, paralelo, perpendicular ou rotacionado em ângulo de 45° (quarenta e cinco graus) em relação à estação, guardando afastamento mínimo de 50 cm e máximo de 1 m e devendo possuir toda a infraestrutura e instalações totalmente independentes da estação do Bike Rio, possibilitando o livre acesso e manutenção de ambos.
- ii) O MOBILIÁRIO novo deve estar contido na largura da estação do Bike Rio, na mesma disposição do MOBILIÁRIO existente.

4.9. Disposições sobre Implantação:

4.9.1 Sem prejuízo das diretrizes e regulamentações dispostas na legislação e normativas pertinentes, as atividades de implantação deverão seguir o disposto nos subitens a seguir:

- i) Minimizar a interferência de obras e intervenções nas vias públicas urbanizadas, observando, em cada localidade, os seguintes elementos: redes coletoras de águas pluviais; sistema viário e seus complementos; elementos de caráter arqueológico; elementos com restrições urbanísticas; fundações; redes de saneamento; redes de gás; redes elétricas e de iluminação pública; vegetação, árvores, jardins, floreiras, canteiros e similares; cercas, muros, contenções e outros elementos de divisas;
- ii) Realizar a sinalização e proteção de áreas de passeio, calçada e vias, garantindo a segurança da população durante a implantação e manutenção dos equipamentos.
- iii) Utilizar equipes especializadas, devidamente identificadas e uniformizadas sob a supervisão de um profissional com a competente habilitação compatível com a execução das atividades a serem realizadas (obras civis, elétrica/eletrônica etc.);
- iv) Após a conclusão da instalação do(s) equipamento(s), a CONCESSIONÁRIA deverá proceder com a recuperação da pavimentação de piso no local, conforme as características e especificidades preexistentes; e
- v) Realizar a limpeza do local, bem como coleta, transporte e destinação de resíduos de acordo com melhores práticas e com as normas vigentes.

4.9.2 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um PLANO DE IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, que deverá conter:

- i) Proposta de cronograma físico-financeiro de implantação de todos os equipamentos adicionais;
- ii) Proposta de cronograma físico-financeiro de implantação de sistema de geolocalização para veiculação de publicidade municipal a ser controlado remotamente pelo COR-RIO.
- iii) Apresentação descritiva dos processos de implantação do MOBILIÁRIO, seguindo as diretrizes deste TERMO DE REFERÊNCIA, melhores práticas do setor, legislação e normativas pertinentes; e
- iv) Descrição das atividades relativas a transporte, sinalização, segurança, limpeza, gestão de resíduos, dentre outras.

4.9.3 A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério, proceder com a substituição de MOBILIÁRIO existente por novos modelos, desde que cumpridas todas as determinações referentes à execução dos serviços, especificadas neste TERMO DE REFERÊNCIA, além do cumprimento dos trâmites de licenciamento de obras juntos aos órgãos municipais competentes.

4.9.4 Em localidades em que a CONCESSIONÁRIA vislumbrar algum tipo de risco à integridade física de seus colaboradores, poderá ser proposta a

substituição do MOBILIÁRIO URBANO existente e/ou proposto por versões alternativas, que demandem manutenção diferenciada – alvenaria ou concreto armado, por exemplo. Nestes casos, deverá ser obtida a oitiva do Poder Concedente, a fim de proceder com a instalação de equipamentos diferenciados.

4.9.5 Após aprovação do novo MOBILIÁRIO URBANO pela COMISSÃO AVALIADORA bem como o PLANO DE IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, a CONCESSIONÁRIA deverá dar início aos trâmites legais de implantação dos novos equipamentos junto aos órgãos municipais competentes.

4.10. Execução dos Serviços

4.10.1 Tanto para instalação do novo MOBILIÁRIO URBANO, quanto para a substituição dos equipamentos existentes, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder com os trâmites de licenciamento de obras junto à Comissão Coordenadora de Obras e Reparos em Vias Públicas (SC/COR-VIAS).

4.10.2 Na execução dos SERVIÇOS previstos pela CONCESSÃO, deverão ser cumpridas toda a legislação e normativas vigentes, ou aquelas que venham a ser publicadas em substituição a estas.

4.11. Emissão das licenças

4.11.1 Para emissão das licenças de obras, SC/COR-VIAS irá analisar:

- i) Restrições quanto à exibição de publicidade, constantes na Legislação Municipal;
- ii) Legislação Urbana aplicável;
- iii) Aspectos quanto à harmonização urbana e fluxo de pedestres;
- iv) Proximidade do equipamento em relação a bens tombados e Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs); e
- v) Quantitativos estabelecidos no CONTRATO.

5. PRAZOS

5.1. Ordem de Início e Prazo para Elaboração de Planos

5.1.1 Em qualquer tempo a partir da assinatura do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá emitir a ORDEM DE INÍCIO.

5.1.2 A CONCESSIONÁRIA terá 30 dias a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO para apresentar o PLANO DE MANUTENÇÃO e o PLANO DE IMPLANTAÇÃO em conformidade com o disposto neste TERMO DE REFERÊNCIA.